

DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

HUMAN RIGHTS AND PRIVATE INTERNATIONAL LAW

BEAT WALTER RECHSTEINER

Doutor em Direito pela Universidade de Zurique. Mestre em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Advogado. bwr@raanaya.com.br

Recebido em: 21.02.2022

Aprovado em: 28.11.2024

ÁREAS DO DIREITO: Direitos Humanos; Internacional

RESUMO: Os Direitos Humanos interferem na aplicação das regras do Direito Internacional Privado. A sua influência atinge não só o Direito Processual Civil Internacional, mas também as regras do direito aplicável e o reconhecimento pelos Estados de situações jurídicas constituídas no exterior. Ainda que os direitos humanos reivindiquem aplicação universal, a sua interpretação e aplicação diferem nos Estados. Este artigo examina o impacto jurídico dos Direitos Humanos no âmbito do Direito Internacional Privado e a possibilidade de um controle supranacional em casos de violação de direitos humanos. O autor, ademais, ressaltou especificamente a situação jurídica no Brasil. Por isso, o presente artigo serve ao operador do Direito também como guia de orientação quando tem de avaliar o impacto dos direitos humanos num caso concreto de direito privado com dimensões internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos – Direito internacional privado – Direito processual civil internacional – Direito brasileiro – Direito comparado.

ABSTRACT: Human rights interfere with the use of the rules of Private International Law. Their influence affects not only International Civil Procedural rules but also choice-of-law rules and State recognition of legal situations constituted abroad. Even though Human Rights claim universal application, their interpretation and application differ among States. This article examines the legal impact of Human Rights in Private International Law and the possibility of supranational control in cases of Human Rights violations. The author, moreover, specifically highlights the legal situation in Brazil. Therefore, this article also serves the legal practitioner as a guide when he needs to evaluate the impact of Human Rights in a case of Private Law with International dimensions.

KEYWORDS: Human Rights – Private International Law – International Civil Procedural Law – Brazilian Law – Comparative Law.

vigora no País um considerável número de tratados multilaterais e bilaterais, de suma relevância, no âmbito do direito processual civil internacional.

Quando for aplicável o direito estrangeiro em conformidade com as normas do direito internacional privado brasileiro, ele não será aplicado no caso concreto se violar a ordem pública nacional e internacional. Esta é a situação quando o direito estrangeiro discrimina a pessoa humana, particularmente, com relação ao sexo, à nacionalidade e à religião. Entretanto, também no Brasil ainda vigoram normas que são problemáticas sob este aspecto.

A liberdade das partes para escolher o direito aplicável a uma relação jurídica de direito privado com conexão internacional no Brasil, basicamente, limita-se aos contratos internacionais. Esta liberdade, no entanto, não prevalece quando uma das partes é estruturalmente mais fraca que a outra, como nas relações trabalhistas e de consumo, bem como nos casos de incidência de leis de aplicação imediata. Além disso, disposições sobre a responsabilidade social das empresas que inclui o respeito aos direitos humanos, comprometem essa liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Nádia de. *O direito internacional privado e a proteção da pessoa humana*. In: Curso de Direito Internacional XXVIII – Comité Jurídico Interamericano. Washington, DC: Secretari- Geral da OEA, 2001. v. 21, p. 461-548.

BASEDOW, Jürgen. *The law of open societies – private ordering and public regulation of international relations: general course on private international law*. In: Académie de Droit International. Recueil des Cours, v. 360, Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2013. p. 9-516.

BASEDOW, Jürgen. 4^{ème} Commission. *Droits de l'homme et droit international privé / human rights and private international law*. In: Institut de Droit International. Annuaire, Session de Hyderabad, 2017, v. 77-I, 2016-2017, Travaux préparatoires. Paris: Editions A. Pedone, 2016. p. 391-454.

BASEDOW, Jürgen. 4^{ème} Commission. *Droits de l'homme et droit international privé/Human Rights and Private International Law*. In: Institut de Droit International. Annuaire, Session de Hyderabad, 2017, Délibérations, v. 78, 2017. Paris: Editions A. Pedone, 2017. p. 215-236.

BASEDOW, Jürgen. 4^{ème} Commission. *Droits de l'homme et droit international privé/Human Rights and Private International Law*. In: Institut de Droit International. Annuaire, Session de La Haye, 2019, Travaux préparatoires, v. 79, 2019. Paris: Editions A. Pedone, 2019. p. 1-85.

- BASEDOW, Jürgen. National privileges in the law of international succession – a comparative account of French and Latin American developments. In: Facultad de Derecho Universidad de Chile – *Temas actuales de derecho internacional* – homenaje al Profesor Emérito Mario Ramírez Necochea. Santiago: Thomson Reuters Chile, 2016. p. 35-56.
- BASSO, Maristela. *Curso de direito internacional privado*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- BUCHER, Andreas. La dimension sociale du droit international privé: cours général. In: *Académie de Droit International. Recueil des Cours*, v. 341, Leiden/ Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2010. p. 9-526.
- COESTER-WALTJEN, Dagmar. Anerkennung im Internationalen Personen-, Familien- und Erbrecht und das Europäische Kollisionsrecht. *Praxis des Internationalen Privat- und Verfahrensrechts (IPRax)*, v. 26, 2006. p. 392-400.
- EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS / COUR EUROPÉENNE DES DROITS DE L'HOMME. *Guide sur l'article 8 de la Convention européenne des droits de l'homme: droit au respect de la vie privée et familiale*. Estrasburgo: Conselho da Europa, 2019.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: contratos, teoria geral e contratos em espécie*. 12. ed. Salvador: JusPodivm, 2022.
- FONSÊCA, Vitor Moreira da. *Processo civil e direitos humanos*. São Paulo: Ed. RT/Thomson Reuters, 2018.
- FONSÊCA, Vitor Moreira da. *Processo civil e direitos humanos: o controle da convencionalidade no processo civil*. 2017. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- FONSÊCA, Vitor Moreira da. A aplicação do artigo 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos às causas cíveis. *Revista IIDH – Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, v. 67, 2018, p. 111-129.
- FONSÊCA, Vitor Moreira da. A fundamentação das decisões judiciais e os direitos humanos: uma interpretação convencional do art. 489, § 1.º do CPC a partir da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, v. 23, 2022. p. 1466-1489.
- FRANK-FAHLE, Constantin. Menschenrechte im internationalen Wirtschaftsrecht. *Recht der Internationalen Wirtschaft (RIW)*, v. 68, 2022. p. 588-596.
- GALLALA-ARNDT, Imem. Die Einwirkung der Europäischen Konvention für Menschenrechte auf das Internationale Privatrecht am Beispiel der Rezeption der *Kafala* in Europa – Besprechung der Entscheidung des EGMR Nr. 43631/09 vom 4.10.2012, *Harraoudj ./.* *Frankreich. RabelsZ*, v. 79, 2015, p. 405-428.

- HAY, Peter. On the road to a third American restatement of conflicts law. *Praxis des Internationalen Privat- und Verfahrensrechts (IPRax)*, v. 42, 2022. p. 205-219.
- JAYME, Erik. *Identité culturelle et intégration: le droit international privé post-moderne*. Cours général de droit international privé. In: Académie de Droit International. *Recueil des Cours*, v. 251, Haia/Boston/Londres: Martinus Nijhoff Publishers, 1996. p. 9-286.
- KAUFMANN, Christine. Grundrechte und Wirtschaft: Internationale Entwicklungen, *Aktuelle juristische Praxis / Pratique juridique actuelle (AJP/ PJA)*, v. 30, 2021, p. 1355-1357.
- LAGARDE, Paul. Le principe de proximité dans le droit international privé contemporain. Cours général de droit international privé. In: *Académie de Droit International. Recueil des Cours*, v. 196, Dordrecht/Boston/Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1987. p. 9-238.
- LAGARDE, Paul. La méthode de la reconnaissance est-elle l'avenir du droit international privé? Cours général de droit international privé. In: *Académie de Droit International. Recueil des Cours*, v. 371, Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2015. p. 9-42.
- LAIMER, Simon. Gleichstellung der Geschlechter im Internationalen Erb- und Familienrecht. *Zeitschrift für Europäisches Privatrecht (ZEuP)*, v. 30, 2022, p. 178-197.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de direitos humanos*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2022.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de direito internacional privado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- NUSSBERGER, Angelika. Die Europäische Menschenrechtskonvention und das Privatrecht. *RabelsZ*, v. 80, 2016, p. 817-850.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- POCAR, Fausto. 4^{ème} Commission. *Droits de l'homme et droit international privé/ Human Rights and Private International Law*. Portal do Instituto de Direito Internacional, 2021. Disponível em: [<https://www.idi-iil.org/app/uploads/2021/05/Report-4th-commission-human-rights-and-private-international-law-vol-81-yearbook-online-session.pdf>]. Acesso em: 26.11.2022.
- POCAR, Fausto. Relatório e Projeto final da Resolução de 27.01.2021, cit., item 14, p. 6-7.
- RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direito internacional privado*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

- RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito internacional privado – teoria e prática*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- RECHSTEINER, Beat Walter. O direito brasileiro e a pensão alimentícia familiar internacional – competência internacional, direito aplicável, reconhecimento e execução de decisões estrangeiras. *Revista dos Tribunais (RT)*, v. 1035, 2022, p. 195-213.
- REZEK, Francisco. *Direito internacional público – curso elementar*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- RODRIGUES JR., Otavio Luiz. *Direito civil contemporâneo: estatuto epistemológico, constituição e direitos fundamentais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de direito constitucional*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.
- SCHACK, Haimo. *Internationales Zivilverfahrensrecht*. 7. ed. Munique: C.H. Beck, 2017.
- SEIBERT-FOHR, Anja. La fonction et le contenu de la dignité humaine en droit international. In: BENICKE, Christoph; HUBER, Stefan (org.). *National, international, transnational: harmonischer dreiklang im recht. Festschrift für Herbert Kronke zum 70. Geburtstag*. Bielefeld: Verlag Ernst und Werner Giesecking, 2020. p. 527-532.
- STÜRNER, Rolf. Politische Interessen und Internationales Privatrecht. In: BENICKE, Christoph; HUBER, Stefan (org.). *National, international, transnational: harmonischer dreiklang im recht. Festschrift für Herbert Kronke zum 70. Geburtstag*. Bielefeld: Verlag Ernst und Werner Giesecking, 2020. p. 557-568.
- STÜRNER, Rolf. The ELI/UNIDROIT Model European Rules of Civil Procedure. *RabelsZ*, v. 86, 2022, p. 421-472.
- STUNER, Michael. *Politische Interessen und Internationales Privatrecht*. In: National, International, Transnational: Harmonischer Dreiklang im Recht, Festschrift für Herbert Kronke zum 70. Geburtstag, Hrsg. Christoph Benicke, Stefan Huber, Bielefeld, Verlag Ernst und Werner Giesecking, 2020, p. 565-567.
- WELLER, Marc-Philippe. Vom Staat zum Menschen: Die Methodentrias des Internationalen Privatrechts unserer Zeit. *RabelsZ*, v. 81, 2017, p. 748-780.
- WELLER, Marc-Philippe; HAUBER, Irene. SCHULZ, Alix. Gleichstellung im Internationalen Scheidungsrecht – talaq und get im Licht des Art. 10 Rom III-VO. *Praxis des Internationalen Privat- und Verfahrensrechts (IPRax)*, v. 36, 2016, p. 123-132.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. A aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas e a relação dos direitos da personalidade com os direitos humanos. *Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)*, ano 7, n. 5, 2021, p. 1545-1583. STF, HC. 94.404-SP, 2ª T., rel. Min. Celso de Mello, j. 18.01.2008, publ. 18.06.2010.



PESQUISA DO EDITORIAL



ÁREAS DO DIREITO: Direitos Humanos; Internacional

Veja também Doutrina relacionada ao tema

- A interpretação do direito internacional à luz do princípio *pro persona*, de Luiza Fernandes de Abrantes Barbosa, Vladimir da Rocha França e Yara Maria Pereira Gurgel – *RDCI* 136/183-200.